

ENTREVISTA COM MARCELO ZELIC:

SOBRE O RELATÓRIO FIGUEIREDO, OS INDÍGENAS NA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.

Marcelo Zelic, ativo defensor dos direitos indígenas, com intensa participação durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, esteve em Curitiba em maio de 2017, no evento promovido pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE/UFPR), durante a XV Semana dos Museus. O mote sugerido pelo IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) era Dizer o indizível em museus, a partir do qual, localmente, o tema desenvolvido foi justamente a violência contra os povos indígenas. Assim a participação de Marcelo se fazia plenamente justificada. Solícito, sempre apinhado de documentos em seus suportes eletrônicos, os quais distribuiu generosamente, Marcelo também compartilhou conosco suas ideias, na entrevista que vai aqui publicada.

EDILENE COFFACI DE LIMA, PROFESSORA DE ANTROPOLOGIA DA UFPR
FABIANO ATENAS AZOLA, BACHAREL EM HISTÓRIA, GRADUANDO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPR

MEDIAÇÕES: Marcelo, queria que você começasse falando um pouco da sua formação profissional, como você chegou a trabalhar com as organizações que lidam com a questão da memória na ditadura militar?

MARCELO ZELIC: Eu tenho um trabalho de militância em direitos humanos. Eu comecei algumas faculdades: engenharia, jornalismo e larguei todas sempre no primeiro ano. Vi que não era isso que queria e saí fora. Dali para frente eu estudei por conta, sempre fui um pouco autodidata nas coisas. Então, eu tenho dois momentos: teve esse momento em que saí da

universidade e fui trabalhar em uma favela e comecei um trabalho social por lá, na Favela do Autódromo. Trabalhei com vários militantes que atuavam na região de Santo Amaro, nas favelas. Ao mesmo tempo, militava em direitos humanos, e militava também no Serviço de Justiça e Não Violência. Depois disso parei um tempo, quando eu casei. E em 2001 eu voltei, quando deu o quebra pau com a ALCA. Aí eu me dei conta de que faltava pensar a questão da memória. Foi aí que comecei a pensar na construção do Armazém da Memória. No começo eu liguei para a Clara Charf, que era mulher do Marighela, liguei para ela todo animado dizendo que queria entrevistá-la. Estava todo animado, e ela, que me ajudou muito nesse começo, falou: “eu acabei de dar entrevista a outro jornalista...pega com ele”. Ai eu fiquei meio chateado, pensei: “será que ela não vai dar entrevista para mim?”. No outro dia eu pensei: “ela está certa, por que ela daria outra entrevista se alguém já tem?”. Foi aí que surgiu o conceito do Armazém. A ideia não era refazer o trabalho todo, mas trazer e concentrar todas as informações que estavam dispersas. Fazia bem mais sentido isso do que ir lá e gravar de novo as mesmas perguntas que outro já tinham feito. Foi aí, nesse primeiro momento, que entrei nesse projeto de construção do Armazém da Memória. Então viajei para Pernambuco, onde encontrei membros do Grupo Tortura Nunca Mais. Eles que me mostraram os arquivos e me encaminharam para o Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo. Foi aí que comecei a entrar nessa discussão.

MEDIAÇÕES: Em que época se deu isso?

MARCELO ZELIC: De 2001 para frente, antes disso teve todo meu trabalho nos movimentos sociais. Trabalhava nas favelas politicamente para levar estas pessoas para agrovilas do MST. Hoje existem assentamentos na região da cidade de São Paulo e de Campinas de pessoas que saíram das favelas e se juntaram a estes assentamentos. O que comprovou a teoria de que viver em uma agrovila é muito melhor do que viver em uma favela. Então foi a partir de 2001 que comecei a me envolver com o Grupo Tortura

Nunca Mais, que era um trabalho focado exclusivamente na questão dos presos políticos e a reparação.

MEDIAÇÕES: A partir desse trabalho com a questão dos presos políticos, como que apareceu a questão indígena na sua trajetória?

MARCELO ZELIC: Foi a partir dos próprios indígenas. Começou a partir de todo um processo, com o Tarso Genro, e ele sintetiza isso quando faz um seminário para discutir a possibilidade de discutir a Anistia e a perseguição penal dos torturadores. Era um seminário que colocava a pertinência de uma discussão neste sentido, já que era muito fechado esta discussão na época. E ele puxa isso com Paulo Abraão, Vanuchi também. A partir daí várias pessoas começam a pensar os caminhos de uma justiça de transição no Brasil. É a partir disso que se começa a discutir e a trabalhar o que a gente chamava dos quatro eixos da justiça de transição. E quando você tem um deles como a questão da verdade, e a gente começa a trabalhar com isso no Grupo Tortura Nunca Mais. De repente teve um grupo indígena que escreveu um e-mail pra gente, curto e grosso, no qual constava: “Por que vocês só veem mortos e desaparecidos e não os índios?”. Foi esse o e-mail.

MEDIAÇÕES: E quem escrevia?

MARCELO ZELIC: Era um índio Marubo, do Amazonas. Eu fiz um vídeo com ele em que o mesmo fala à Comissão [Comissão Nacional da Verdade] da importância de trazer a questão indígena para as investigações. Voltando a história do e-mail: ao questionamento, eu respondi para eles: “Do que vocês estão falando?”. Eu nunca tinha me envolvido com a questão indígena, e após eu ter respondido isso, eles replicaram mandando a história dos Waimiri-Atroari. Na verdade, era um documento, só que era um documento não assinado. Aí eu pesquisei a origem e descobri que aquele documento havia sido produzido pelo CIMI [Conselho Indigenista Missionário]. Foi então que decidi dar credibilidade ao documento. A partir daí, comecei a levantar essa discussão e a pensar como seria feita dentro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, sendo que dois dos membros dela fariam parte futuramente da

Comissão Nacional da Verdade: o Paulo Sérgio Pinheiro e um outro, o qual não me recordo o nome agora. E como os dois eram membros da Comissão, eu levei essa discussão para dentro da Comissão Justiça e Paz. Após isso fiz uma pesquisa por conta própria para poder embasar minha apresentação em uma reunião da Comissão Nacional da Verdade. Como não tinha nada em mãos, fui aos arquivos do Congresso Nacional e comecei a pesquisar. Eu comecei a pesquisar os discursos dos deputados, buscando elementos de denúncias de violações de direitos dos indígenas no tempo da ditadura. Fiz uma planilha que elencava 40 ou 50 discursos dentro deste período da comissão (1946-1988), e mais especificamente da ditadura militar de 1964, mas ainda focado nos anos 70. E começam a aparecer vários deputados denunciando violências absurdas. Foi ali o primeiro contato com o Relatório Figueiredo. Essa planilha foi exposta para os membros da Comissão Justiça e Paz que faziam parte da CNV, e pedi a palavra para defender a relevância de abrir um grupo focado na investigação de violações contra os indígenas. Em paralelo a isso, o Egydio Schwade que era coordenador do CIMI e andou o Brasil nessa época da ditadura como o secretário executivo do CIMI, fez denúncias sobre o caso dos Waimiri-Atroari, juntamente com a Luiza Erundina no Congresso. Foram caminhos que foram se fortalecendo em relação à temática indígena. Foi nesse momento que a gente fez o pedido oficial à CNV para a abertura desse grupo de investigação relativo aos indígenas. Em uma nova reunião em Brasília, cinco dos membros que iriam compor a CNV estavam presentes, e ali eu mostrei o filme do líder marubo e apresentei os documentos em relação aos Waimiri Atroari, e também a planilha com discursos dos deputados. Isso foi, se não me engano, em maio de 2012, e em novembro de 2012 aconteceu a criação do grupo de trabalho indígena. A criação desse grupo envolveu uma série de outros grupos: o CTI (Centro de Trabalho Indigenista) e o ISA (Instituto Socioambiental), entre outros. Então foi constituído um núcleo de trabalho para tocar esta questão. Como eu trabalhava com arquivos para o Armazém Memória, eu fiz uma visita ao Museu do Índio com a jornalista Paula Capriglione, com o objetivo

de escrever sobre a GRIN (Guarda Rural Indígena) e isso porque eu tinha visitado o Museu do Índio e queria ver o que eles tinham. Até porque, na minha visão, você entra em um arquivo e simplesmente não vai direto ao fichário, você entra lá e conversa com as pessoas, com quem trabalha lá. A fonte viva do arquivo são os arquivistas e não o arquivo propriamente dito. É difícil chegar lá sem demonstrar a importância política daquilo que a gente estava investigando para os arquivistas. Eu fui lá dois, três dias e conversei com praticamente todo mundo que trabalhava lá, apresentando para eles a importância política daquela pesquisa para os indígenas, que aquilo poderia trazer consequências para os indígenas nos processos de justiça de transição. E toda esta conversa foi bem recebida pelos funcionários do Museu. A própria coordenadora do setor do arquivo contribuiu muito para a pesquisa. Ela me falou de uma parte em que tinha uma imagem que um funcionário tinha ficado horrorizado, e aí conversei com esse funcionário e ele foi lembrando, até achar o filme. Esse filme estava no meio de rolos de Super 8. Este funcionário tinha digitalizado esse material uns quatro anos antes. Ele tinha lembrado de ter visto ali aquela imagem famosa dos índios carregando um outro em um pau de arara.

MEDIAÇÕES: Naquele desfile militar em 7 de setembro?

MARCELO ZELIC: Sim, que é, na verdade, o desfile de formatura dos guardas. E aí veio à tona para ele aquela imagem enquanto falava comigo. Naquele momento em que ele digitalizou o filme, ele ficou horrorizado com o que tinha visto, falou com seus colegas do Museu, mas acabou ficando no esquecimento por não estar inserido em uma discussão que pudesse conferir importância àquela imagem. Aquela imagem não tinha ainda uma vinculação à violação dos direitos humanos e o significado disso em um contexto de Comissão Nacional da Verdade. Então, quando faço aquele trabalho de conversar com eles da importância da pesquisa que eu estava fazendo naquele momento, eles lembram desse funcionário que me mostrou essa imagem. Essa imagem desdobrou várias questões relacionadas à Guarda

Rural Indígena. Eu levei isso para Paula Capriglione e ela transformou em uma matéria que saiu na Ilustríssima (na Folha de São Paulo). Nesse meio tempo, a Elena (Elena Guimarães), que era a funcionária do Museu do Índio responsável pelos arquivos do Museu, um dia me telefonou e me disse para ir ao Rio porque ela tinha achado vários arquivos de interesse daquela conversa que estava em andamento com ela. Aí fui para o Rio atrás dessa informação, em um dia que o Museu estava vazio. Nesse dia eu pude entrar no arquivo, ela me mostrou um conjunto documental que em 2008 tinha sido transferido da Funai para o Museu do Índio, e essa transferência não era à toa. Por outra via, no Tortura Nunca Mais, eu fazia um trabalho com o Arquivo Nacional, um trabalho de construção com o Memórias Reveladas. E nisso, em 2005, o Jaime Antunes que era o diretor do Arquivo Nacional, soltou uma portaria pedindo a todos os Ministérios solicitando o recolhimento de arquivos que eram ligados ao período da Ditadura. E a Funai, ao invés de enviar seus documentos para o Arquivo Nacional, mandou tudo para o Museu do Índio. E isso foi parar lá no Museu, totalizando 150 caixas não catalogadas, não fazia nem parte do banco de dados. De 2008 a 2010, eles ficam com as caixas guardadas do jeito que vieram, aí eles fazem um projeto, conseguindo recursos com a UNESCO para contratar estagiários que iriam classificar isto de forma simples, capaz de identificar minimamente o que eram aquelas 150 caixas. E no meio destes documentos a Elena vira e fala (e nesse momento estávamos em 2012): “olha, nós puxamos várias caixas de coisas que dizem respeito a ditadura”. Ai quando cheguei para ela me mostrar as caixas, ela me mostra a primeira caixa e olho a capa: naquele momento eu já tinha ouvido falar no Relatório Figueiredo (RF), que supostamente tinha pegado fogo em um incêndio na Funai; mas para mim a conta não fechava, já que o incêndio tinha sido em 1967 e o Relatório Figueiredo foi terminado em 1968, logo este documento deveria existir em algum lugar. E a sorte tem dessas coisas, mesmo um ateu como eu, que não acredita em nada, eu passei por uma situação que, de fato, espanta. Antes eu tinha passado pelo Congresso Nacional, já procurando o RF, e aí alguém me dá uma carona do PGR ao

Ministério da Justiça. Na ocasião tinha uma porta aberta cheia de arquivos, eu entro nesta sala de arquivo e fico sozinho; um homem aparece e me pega lá sozinho, em um lugar em que estava escrito que era de acesso restrito para funcionários. Eu tentei explicar para ele o que eu queria lá e ele me chama para ir para sala dele. Logo pensei, me dei mal! De repente eu entro na sala do cara e ele aponta: “é isso que o senhor está procurando?”. Esse homem tinha guardado uma cópia do resumo do Relatório Figueiredo, que era uma cópia que tinha as três primeiras páginas meio ilegíveis, mas as outras estavam claras. Mas a coincidência tinha sido tão absurda, e o desfecho dela foi que eu saí de lá com a primeira versão do Relatório Figueiredo, que era a versão final de sessenta e poucas páginas.

MEDIAÇÕES: E quem era esse homem?

MARCELO ZELIC: Era alguém que coordenava os arquivos do Ministério da Justiça, um funcionário de carreira. Mas ele era um coordenador de alguma coisa, imagino pelo tamanho de sua sala. Por alguma razão desconhecida esse homem tinha guardado uma cópia do RF no armário dele. São coincidências que, para um ateu convicto como eu, balançam. E com essa cópia do relatório final que eu fui muito mais atrás do Relatório em sua totalidade. Voltando ao episódio de quando a Elena me ligou, quando ela trouxe a caixa na mesa. De repente eu olho exatamente a assinatura do Jader Figueiredo na capa: ali estava o original, assinado a caneta. Falo para ela: “esse aqui é o Relatório Figueiredo”. Então a Elena começou a trazer todas as caixas com os volumes. O menino, possivelmente um estagiário, que tinha feito a organização em 2010 não tinha identificado que aquilo se tratava dos volumes do RF. Acho que se tivesse sido alguém um pouco mais especializado, ou um estudante de antropologia ou alguém informado sobre estas questões indígenas ou arquivísticas, teria identificado isso antes, já em 2010.

MEDIAÇÕES: A partir disso, Marcelo, pergunto: qual teria sido o impacto de seu achado do RF tanto dentro da CNV quanto do impacto na mídia em geral, se houve o interesse de outros jornalistas?

MARCELO ZELIC: Não, teve pouco impacto. Há apenas um jornalista, o Roldão Arruda, que soltou apenas uma nota sobre o caso. E no meio desse caminho o Felipe Canêdo, que era jornalista no Estado de Minas, me ligou, e eu tinha gostado dele. Então falei pra ele que tínhamos descoberto o Relatório Figueiredo e que eu passaria pra ele com uma condição, que ele fizesse uma matéria. Eu tinha reparado que em jornais brasileiros as poucas matérias sobre indígenas sempre saíram em séries. Aquelas séries em que o jornalista ia andar na Amazônia e soltava as matérias, a cada dois, três dias, ele ia reportando sua experiência. Então eu passei para ele com a condição de que produzisse uma série, e ele teve a destreza de discutir isso dentro do jornal (O Estado de Minas) e o jornal aceitou – talvez pelo furo que era, mesmo ali tendo uma influência ruralista muito grande. E eles aceitaram. Passei para o Felipe o Relatório Figueiredo – e aí teve também o esforço do pessoal do CTI (Centro de Trabalho Indigenista) de indexar os pdfs de tudo. Quer dizer, a gente conseguiu os pdfs do material através de uma outra articulação. Porque aí eu fui na Comissão de Direitos Humanos, porque até então eu também não sabia como “tocava a banda” do Museu do Índio e sabe como é “gato escaldado tem medo de água fria” né, e a gente não tinha aberto a informação de que ia pegar os documentos, somente a de que eles existiam no Museu do Índio. Os casos documentados no RF são fabulosos. Pegue, por exemplo, o caso da família Slaviero, aqui no Paraná, uma família hoje que é dona de uma rede hoteleira, parte disso fruto do roubo do pinheiro e das terras indígenas. Fruto do roubo da Renda Indígena e de seu trabalho, tudo isso feito de forma ilegal. Então, o RF traz uma série de notas fiscais de compra de madeira e ilegalidades que precisavam ser estudadas. Quem vai estudar esse tipo de questão? Eu fiz um estudo para a CNV onde, no Sul da Bahia, tinha uma área que tinha sido arrendada, os índios tinham ficado com apenas 3% da área, sendo o resto arrendado por preços muito baixos.

A partir disso a gente fez um estudo de quanto aquele território havia sido arrendado na época, transformando aqueles valores para os valores atuais, apontando o quanto aquelas pessoas estavam devendo atualmente com valores corrigidos aos índios da região. A reparação econômica pelo desvio de Renda Indígena dos Pataxó, o que fez com eles vivessem dispersos da Terra, com remoção forçada, crime de lesa humanidade, situações de assassinato, e sob a anuência do governo do Estado da Bahia, lugares estes onde a terra tinha sido esbulhada. Este tipo de estudo tem que ser feito no Paraná, no Rio Grande do Sul, para ser levado para o Ministério Público. Esses documentos trazem todas provas que aquelas terras eram dos indígenas.

MEDIAÇÕES: Neste sentido, queríamos te perguntar qual foi o resultado em termos de justiça de transição e políticas de reparação do trabalho da CNV no que se refere ao grupo de trabalho que investigou a questão indígena...

MARCELO ZELIC: Antes de ver a concretude disso é preciso ver o processo, como tudo isso foi feito. Tem-se uma situação em que o tema indígena entrou com muita resistência. A área indígena era uma área importante, talvez tenha sido o segmento que sofreu a maior violência no período da CNV justamente porque é contínua, vai dos anos 40 até 1988 que é o período que está colocado na Comissão. Chegando a tirar o caso dos Ticuna porque era um caso ocorrido em 1989. O ambiente na Comissão sempre foi um ambiente de questionar que a violência contra os indígenas não era uma violência da Ditadura, e era claramente um caso de violência de Estado. E era algo tão ridículo que eu queria tratar na ironia...veja, se os índios tivessem criado o “Grupo de Libertação Tupamaro” eles teriam sido reconhecidos né, ou “Grupo Revolucionário Indígena” ou algo do gênero também. Então dentro dessas discussões a gente via claramente as intenções, ao ver como a Maria Rita Kehl tratava destas questões, assim como os outros comissionados que a todo tempo ficavam tentando estancar a discussão. Por exemplo, você tem algumas questões que ficaram para trás, houve uma

notícia que nos documentos sobre os Waimiri-Atroari havia um nome de uma pessoa que tinha sido ouvido pela Comissão, e que não foi perguntado sobre este episódio em específico. Era um linguista que andado pela BR 174 em construção pega um caminhão até um entreposto em que encontra uma vala comum de Waimiri Atroari. Ou seja, a Comissão não havia ido atrás dessa informação, não foi ao território Waimiri com toda a documentação, comprou a história do Porfírio sobre o massacre dos Waimiri... quer dizer, você tem todo um arranjo pra desqualificar no sentido histórico os fatos que tão colocados pelo grupo de trabalho coordenado pela Manuela Carneiro da Cunha, por outras pessoas que estavam presentes.

No nosso trabalho do Armazém Memória eu escrevi três textos sobre justiça de transição, e um deles a gente mapeia os presos do Krenak, colocando no mapa os lugares de onde eles vêm, os Guarani do Espírito Santo, os Tupiniquim. A CNV não toca em nada disso. A CNV não quis olhar. Por isso uma das reivindicações que foi feita nas recomendações era a criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade, para que tivesse um foco nessa questão. É importante entender este processo antes de responder à questão. Veja, não foi só a CNV que ofereceu resistência a esta questão. Teve uma conferência nacional dos presos políticos da Ditadura, depois da gente ter conseguido colocar o tema indígena na CNV, nós estávamos lá e o Egydio ficou muito brabo porque eles tinham desqualificado a questão indígena. Eles tinham dito lá que o “cobertor era curto”, que não dava para colocar tanta gente nos processos de justiça de reparação. Eles davam a entender que os índios estariam “pegando carona” nesta discussão. Ora, pegando carona? Somente em 10 povos contabilizou-se mais de 8000 mortos, estaríamos pegando carona em que? Houve a mesma conversa quando se discutiu um filme produzido pelo pessoal do Pará, chamando os índios de cortadores da cabeça. Veja, quem fala isso é gente da esquerda. Tem-se então o massacre da direita e têm a incompreensão da esquerda, e isso é uma questão que precisa ser pautada em termos de justiça de transição no Brasil. O fato de nós termos pautados o tema indígena na CNV já foi um avanço, um avanço em duas

direções, para que a Esquerda faça um mea culpa e reveja essa sua posição. Porque essa mesma esquerda, quando precisou dos indígenas no final dos anos 70 e durante os anos 80, serviu-se do tema indígena como uma forma de fazer política. Quando se olham os documentos da CUT, da criação do MST a questão da demarcação de terras indígenas está lá, o respeito a cultura, e isso porque o movimento indígena era ativo e estava presente na união dos movimentos sociais para combater o regime militar. E, no entanto, todo mundo esqueceu rápido disso. Então essa coisa precisa ser revista. Quer dizer, como ficou o pessoal que dizia que os Aikewara eram cortadores de cabeça? É fácil você dizer isso em um contexto em que os Aikewara tinham um destacamento militar no meio deles apontando uma arma o tempo todo contra eles. Como você não cortaria cabeça? Quem corta de fato cabeças aqui? Quem corta ou quem mandou cortar com uma arma na cabeça dos índios? Alguém pensa no trauma da pessoa que se vê nesse tipo de situação? Sendo obrigado a isso? Isso é a mesma discussão sobre a Guarda Rural Indígena, que a CNV não quis se aprofundar. Por que antes de pegarem os indígenas e colocarem eles no batalhão da política em Minas, quem recebeu esses indígenas era gente treinada por um torturador do governo militar que foi morto pelos Tupac Amaru no Uruguai. Ele treinou os índios com técnicas de tortura a serem aplicadas em outros indígenas. A prova disso são aquelas imagens do desfile que apresenta o pau-de-arara, do comportamento da GRIN nas aldeias indígenas. Ninguém perguntou como ficaram estas histórias. Uma vez, em um encontro, mostrei o vídeo do desfile da GRIN para alguns índios Kraho e eles identificaram um dos guardas dizendo que eles desconfiavam que o mesmo havia se suicidado... E a Comissão não quis ver isso. E deveriam, porque esta era uma das questões mais importantes a ser tratadas: de quem era a responsabilidade da violência e do impacto posterior da Guarda Rural Indígena? Faço essas perguntas a partir do meu lugar de militante de Direitos Humanos, e acredito que os antropólogos deveriam se preocupar com isso. Você imagina, eles retiram o indígena de seus lugares, dão um curso intensivo de tortura, lhe dão armas mais letais...

A gente deveria pensar a consequência disso. No fim do filme do desfile da Guarda Rural, você vê que eles ficam tão felizes com o desfile que eles começam a dançar, quebrando o protocolo militar. Tenho certeza que um antropólogo faria uma análise daquela dança e de seu significado naquele momento, o que diz da cultura indígena ali, e não só que colocaram neles. Todas estas coisas dizem que tem um conflito ali, as fardas e o ornamento, que precisa ser entendido. Então, de quem é essa responsabilidade? A CNV não topou fazer essa conversa... E se o Kraho se suicidou? E o Krenak que virou policial? Esse homem viveu com dificuldade com seu grupo toda a vida... E todas essas coisas a Comissão não tratou. A CNV fez apenas um apontamento do problema indígena, acabou não se aprofundando.

MEDIAÇÕES: Quanto tempo a Comissão teve para trabalhar e quanto efetivamente ela trabalhou?

MARCELO ZELIC: A Comissão trabalhou de maio de 2012 até final de 2014, dois anos e meio. Mas foi em novembro de 2012 que foi criado o grupo indígena, e eles fizeram um desatino colocando no mesmo balaio a questão indígena com os camponeses. E ao invés da Maria Rita Kehl trabalhar as duas questões simultaneamente, ela decide tratar primeiro da questão dos camponeses e depois da questão indígena, e era evidente que isso ia dar errado. Então, quando ela comunica essa decisão dela, a gente fica trabalhando por fora, enquanto ela tratava exclusivamente da questão dos camponeses. Maria Rita decide falar da questão indígena adiante, e isso foi um erro da parte dela, mas não foi de má fé. Também porque ela estava sozinha, e tinha pouco recurso. Nos outros grupos tinham equipes e recursos. No nosso tínhamos ela, nós, um grupo voluntário, pois não havia recursos para a gente, só para ela. Vez ou outra ela pagava uma passagem para a gente ir para algum lugar. Mesmo assim, tem-se aí uma situação que abre a justiça de transição para os indígenas, na qual tem uns cinco ou seis casos com dados suficientes para abrir processos de reparação; com relação a outros povos, existem apenas pequenas citações no relatório da Comissão.

Então tem um grande trabalho ainda a ser feito. O saldo é que da forma como se configurou as recomendações, elas levantam possibilidades para a atuação indígena e para as autoridades do Ministério Público para a reparação de todas estas violências colocadas. Mas não vai muito além disso. Porque tem uma situação que quando o relatório ficou pronto, vocês sabem como a Dilma queria recebê-lo? Era tipo um “manda aí” e pronto. “Protocola!”. Aí o pessoal falou para ela que ia pegar mal e que precisava fazer um Ato. Então a Dilma decide fazer um ato a portas fechadas com a Comissão para receber os tomos. E que se faz depois? Pegam-se os tomos, colocam-nos debaixo da mesa e esquece... Passa o fim de ano, férias. A imprensa repercute quase nada sobre o assunto. A Dilma não quer mais falar sobre o assunto, está todo mundo atravessado pelo assunto do *impeachment*. E resta a discussão da justiça de transição como uma das vítimas do golpe parlamentar. Se cria uma ruptura dos processos da justiça de transição no governo federal. Mas mesmo assim tem acontecido coisas relacionadas a justiça de transição. No Pará está em curso uma discussão sobre a Guerrilha do Araguaia, uma discussão que envolve indígenas, camponeses e soldados. Pouco se comenta, mas os soldados também sofreram com esse episódio. Tem o caso do Paraná que fez uma Comissão Estadual da Verdade. Tem o caso de São Paulo, que tem um capítulo específico sobre os indígenas. Cabe destacar ainda o Amazonas que teve uma Comissão Indígena. Então é importante olhar os desdobramentos. Foi desdobrada a questão Krenak, apesar de que somente para o povo Krenak, e não de outros povos que foram parar nesse campo de concentração. Então, nosso trabalho é mostrar para o Ministério Público Federal a possibilidade de ampliar a visão sobre esta questão quando a gente faz o mapa para mostrar de onde vem os indígenas que ficaram presos em Krenak. Por que nesse caso se foca somente no povo Krenak e não se fala dos Pataxó que foram para lá? Então, tem grandes desafios ainda para fazer andar esse processo. No sul do Brasil, o Relatório Figueiredo mostra que para os indígenas, as torturas que os escravos negros sofriam até a Abolição, os indígenas sofriam nos anos 60. Os relatos das mesmas torturas sofridas

pelos escravos. Os indígenas tiveram pelo menos 75 anos de prolongamento dos mesmos métodos de escravidão. É isso que o RF fala do Sul do Brasil. O Felipe Canêdo que com muita propriedade fez os desenhos dos relatos que estão contidos no Relatório. Como se encara uma coisa dessa? Então, nós temos o trabalho na frente dos arrendamentos aqui no Sul, a questão do roubo da Renda Indígena é questão importante aqui na região. A discussão sobre os grandes empreendimentos aqui no Sul, dos Xetá e dos Guarani, que sofreram com os alagamentos de grandes obras de infraestrutura. Como se trabalha reparação? Povos que não tem terra nenhuma, os Guarani com terras minúsculas, os Xetá vivendo completamente sem terra. Como criar um projeto de justiça de transição neste contexto? Então nosso papel é não deixar o poder público em paz, trabalhar para que estas instituições funcionem democraticamente. É preciso tirar da gaveta o Relatório da CNV. O país não tem respeito pela pessoa que é nativo de sua terra, e a partir disso você não tem respeito por ninguém. Recentemente tivemos o caso dos Gamela, estamos em um momento que a própria existência do diferente está ameaçada. E nesse momento a justiça de transição tem um papel fundamental para fazer as instituições funcionarem democraticamente. A gente tem que incomodar o Ministério Público neste sentido, para evitar a omissão desses órgãos frente a violência contra determinados movimentos populares, quando você tem o movimento indígena como um movimento de ponta desse processo.

MEDIAÇÕES: Então, sobre esse lugar do Movimento Indígena atualmente. Você não vê semelhanças com o contexto de 1978? Ou seja, um lugar onde a esquerda se encontra de novo no Movimento Indígena para tentar ganhar apoio.

MARCELO ZELIC: Então, atentemos para a hipocrisia da Gleisi Hoffmann, por exemplo, que diz que os indígenas têm todos os direitos... Mas quando os Mundurucu fecharam Belo Monte pra dizer que não queriam hidrelétrica no Tapajós, ela e o [José Eduardo] Cardozo levaram os Mundurucu pra lá e proibiram o CIMI de entrar na reunião. Não tem valor

nenhum a Gleisi Hoffmann. Mas aí o movimento indígena não tem muita opção: ou ele luta e se constitui como povo ou ele sucumbe. É aí que entra nossa discussão: a gente precisa abrir espaço para o direito das minorias e para o direito de existência do diferente. Porque do jeito que hoje as coisas estão indo... prevalece o império da monocultura, tudo mono.

MEDIAÇÕES: Marcelo, ao mesmo tempo em que você identifica esse contexto de retração institucional, você não enxerga no espaço público, com o lançamento do livro do Rubens Valente (“Os fuzis e as flechas”) e o lançamento do documentário “Martírio” do Vincent Carelli, um maior interesse na questão indígena por parte do grande público?

MARCELO ZELIC: Chamou muita atenção nestes últimos dias o jornal a Folha de São Paulo, no caderno Ilustríssima, a presença de duas ou três charges com indígenas, em defesa dos indígenas. O significado disso eu não sei, mas me chamou a atenção. Um jornal que é parcialmente responsável pelo fechamento democrático que está colocado agora tendo em seu jornal charges como essa. Não sei se é para salvar a imagem, ou se tem alguém dentro que defende a causa indígena. Até porque a gente não pode tratar as instituições como monolitos, sempre tem gente que fura, ou que dialoga mais. No caso da CNV teve várias situações em que chegavam pilhas de documentos dizendo que não era para falar quem havia mandado, pedidos para ocultar a fonte que propiciou o acesso aos documentos. Pilhas de documentos chegaram na mão de funcionários públicos envolvidos em um compromisso ético. E acredito que tenha gente na imprensa que tem esse compromisso ético. Ao mesmo tempo em que o Rubens Valente lança o livro, já ouvi críticas feitas a ele pelo fato de relativizar os números trazidos pela CNV, jogando isso para baixo¹. Qual seria o papel dele tentar reduzir uma coisa que era irreduzível? Quer dizer, quando comecei este estudo lá atrás, tinha um Senador em 1963 que dizia que existiam 200 mil índios, dados do Darcy Ribeiro. Aí você tem

1 Marcelo Zelic faz aqui referência às informações contidas nas páginas 168 e 169 do livro Os fuzis e as flechas, de Rubem Valente, publicado pela Cia das Letras no primeiro semestre de 2017.

um dado da FUNAI dizendo 72 mil em 1968. O que aconteceu com 120 mil índios? Era só um erro de matemática? Se hoje na proporção não desaparece esse volume de índios, você tem um tipo de violência que está destruindo a cultura além do território. Então isso tudo tem que ser trabalhado dentro de um contexto de fortalecer coletivos que venham atuar na defesa dos direitos, mas fortalecendo as instâncias de democracia dentro da estrutura do Estado. É preciso falar no Ministério Público, é preciso falar na Polícia Federal, é preciso falar com as forças dentro do Parlamento, dentro de todas as esferas do poder, senão a gente descamba de vez para uma barbárie.

MEDIAÇÕES: A gente estava pensando nesta questão do aumento do interesse da discussão no espaço público, na discussão posta pelo filme “Martírio”, por exemplo.

MARCELO ZELIC: O “Martírio” do Vincent tem uma trajetória diferente. Ele tem toda uma história de vida do Vincent em defesa e de denúncia contra o massacre do povo Guarani. Mas para mim a relação entre a estreia do filme do Vincent e a publicação do livro do Rubens Valente é zero. O Vincent faz uma corrida própria, ensinando os índios a operar vídeo com o “Vídeo nas Aldeias”, e isso não se mistura com a questão editorial de onde vem o livro do Valente. O Rubens até tem uma história pessoal de viver em uma região do Mato Grosso do Sul com contato com indígenas. Mas não dá para entender essa redução do número de mortos feito por ele, a serviço do que? Ele está colocando em dúvida o trabalho da CNV.

MEDIAÇÕES: Mas você acha que os dois não têm a intenção inicial de fazer a temática indígena alcançar um público maior, e quem sabe mais aliados?

MARCELO ZELIC: Nisso eu precisava avaliar melhor qual é a abordagem. Mas o fato objetivo é que a pessoa que quer tratar da redução e desqualificação dos números da CNV já joga o livro dele em um limbo feio, porque ele entra em uma contramão total do que está se buscando. Porque esse livro, com essa tese, vem a negar o pouco de história e de verdade que a

Comissão pôde apurar e que foi apurada a partir da boca do índio, que foram checadas com indígenas. E quando você tem essa discrepância que eu tinha falado dos 200 mil índios em 1963 e os dados da FUNAI de 1968 contando 72 mil índios, o que aconteceu? Aí, depois de tudo isso, vem um jornalista e faz esse mal serviço? Qual é o prazer de fazer isso? Por que assim? No momento em que a documentação produzida pela CNV está no limbo, um livro como o dele pode jogar isso ainda mais no limbo. Mas a gente também não pode ficar só discutindo número, mesmo que fosse o caso, aquele que eles cortam uma indígena no meio, dão um tiro na cabeça de seu filho...só esse fato é para gente discutir o método, o método de convivência em sociedade. E isso não se discute, fica se discutindo número. Tudo isso tem nome: isso se chama terrorismo, terrorismo de Estado e terrorismo empresarial. Há pouco tempo, no Mato Grosso do Sul, teve casos de tiros de borracha a queima roupa, com as pessoas no chão. E o juiz que condenou a empresa responsável pelo ataque, dizendo que aquilo era um ato de terrorismo, está sendo perseguido pela CPI da FUNAI. Então, nosso papel está em como construir um grupo ou uma rede de pessoas que permita que a justiça de transição fortaleça as ações do Estado em defender os direitos dos povos indígenas. O procurador Edmundo Antônio Dias Netto Júnior, de Minas Gerais, assim que ficou sabendo abriu o processo em relação ao campo de concentração Krenak. Essa é uma situação em que, para o MP atuar, basta a denúncia. É isso que a gente tem que fazer com relação aos Xetá aqui no Paraná.

MEDIAÇÕES: No que se refere aos Xetá a quantidade de documentos é gigantesca.

MARCELO ZELIC: Nesse momento de supressão democrática, a gente tem que fazer o Ministério Público agir, não dá para deixar jogar a sujeira embaixo do tapete. Não tem esse negócio de “perdeu o timing”... A gente conseguiu colocar vários casos antigos de violência nos processos de justiça de reparação, e tem que seguir sem parar. Na época do CNV a gente tinha todo o acesso aos documentos no Arquivo Nacional, tinha sala para a

gente e tudo. Mas agora que mudou a conjuntura a gente tem que parar de investigar? Não, temos que continuar construindo isso.

MEDIAÇÕES: Uma curiosidade, queria saber se você visitou alguns grupos indígenas? Quais lugares e povos você visitou?

MARCELO ZELIC: Eu andei em vários lugares, mais no Mato Grosso do Sul, onde tem mais violência. Fui também ao Espírito Santo. Existe um processo curioso agora, em que vários indígenas assumiram esse trabalho de investigação de seu passado, abrindo interlocução com o Ministério Público. Eu não me importo em qual aldeia eu fui, eu lido com pessoas, trabalho com Direitos Humanos. Do mesmo modo que eu ouço alguém da periferia, eu ouço um indígena. E no caso dos indígenas eles são humanos como nós e não conseguem viver em paz, sempre estão sob pressão, é bomba, é violência. O suicídio indígena no Mato Grosso do Sul é o maior índice de suicídio no mundo! Eu fui tratar isso em um congresso do Conselho Regional de Psicologia do MS, eu fui lá para dizer: “gente, o que temos aqui é uma epidemia”, porque o suicídio de um leva o suicídio do outro, mas existe um tabu desse assunto dentro da aldeia. As pessoas falam muito pouco. No dia em que a mulher da ONU veio visitar o Mato Grosso do Sul eu fiz o acompanhamento como observador de Direitos Humanos na etapa de Dourados. Quando ela estava nas terras da família Veron, eu vi dois jovens lá e fui andar com eles na mata, rodeados por soja, uma opressão desgraçada, os caras jogando veneno em cima das pessoas. Bom, aí eu perguntei sobre os suicídios para eles. Eles me disseram que a própria comunidade tem que resolver isso. Porque o Estado não resolve, vai a psicóloga lá um dia e depois não volta mais, isso é horrível. O Estado é cúmplice de tudo isso. A gente precisa de recurso para que eles se estabeleçam enquanto comunidade, que eles possam tratar dessa questão entre eles. A gente precisa falar disso, vieram me alertar para não tratar desse assunto. Como assim não tratar disso com eles? Eu estou vendo uma epidemia de suicídios na região. Eu levei essa questão com os Guarani, e quando vi eles estavam falando. A comunidade precisa tratar desse assunto para estancar essa epidemia. O confinamento dos Guarani Kaiowá está levando ao suicídio. São coisas que realmente

precisam ser tratadas. Essa questão também está presente no Acre, e tem gente ainda que diz que é coisa da “cultura”, o que é um absurdo. Não sei se isso gera discussão na antropologia, ou seja lá onde for, mas o meu olhar é dos Direitos Humanos, e isso pra mim não deve entrar em questão.

MEDIAÇÕES: Você acha que tem lideranças indígenas e antropólogos dispostos a esse mesmo pensamento voltado à defesa dos Direitos Humanos?

MARCELO ZELIC: Eu tive esse embate no Ministério Público, o que eu precisei falar com os Guarani Kaiowá eu falei. E muitas dessas conversas vêm do próprio Relatório Figueiredo. Lá você tem desde casos de violência estrutural, até casos em que um funcionário do posto troca um indígena por um fogão, sequestro de crianças, é violência o tempo inteiro. Antigamente, os conflitos eram resolvidos de outra forma porque você tinha um território grande, e quando alguém matava outro e tinha vingança um grupo se afastava para dar uma apaziguada no conflito, você distendia para poder entender a dor. E você vê agora, com aquele território minúsculo de Dourados, como você poderia distender qualquer conflito em um território daquele tamanho? Hoje em dia um terço dos assassinatos de indígenas no Brasil tem como causas problemas internos, 18% dos assassinatos indígenas estão envolvidos com problemas com o álcool, tem a epidemia de suicídio. E junto tem toda a omissão do Estado. E uma das virtudes do RF é mostrar como a omissão do Estado e o desmonte da política indigenista é uma estratégia do Estado para enfraquecer esse tecido social que defende os direitos dos índios. Todas as aldeias estão cercadas atualmente, tudo cercado de homem branco fazendo bobagem. Aí me perguntam: por que eu continuo metido com essa questão indígena? Ora, é porque o homem branco não tem mais jeito, destruiu tudo... O tamanho da violência que passa os povos indígenas é algo absurdo, é por isso que a gente tem que forçar as instituições a defenderem os direitos dos indígenas. É uma luta extremamente desproporcional, mas é preciso continuar. Por isso que se tem de relacionar o que você produz na academia sobre os indígenas com a vida concreta, com a luta pelos direitos dos indígenas. É preciso pensar como isso pode ter consequências jurídicas, consequências positivas no cotidiano da vida desses povos.